

O ENTRELAÇADO DA PRÁTICA ARQUEOLÓGICA E DA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL SALAZARISTA

por

Sérgio Alexandre Gomes*

Resumo

Este artigo corresponde a uma síntese da pesquisa efetuada acerca das ligações entre a prática arqueológica e a construção da Identidade Nacional durante o Estado Novo (Gomes 2011). São apresentadas as problemáticas desenvolvidas durante tal estudo, tentando demonstrar a multiplicidade dos movimentos em que se opera a ligação entre o conhecimento arqueológico, a Identidade Nacional e os projetos políticos do regime.

Palavras-chave

Estado Novo
Identidade Nacional
Arqueologia

Abstract

This article is a synthesis of a research about the links between archaeological practice and the construction of National Identity during Estado Novo (Gomes 2011). We present the topics developed during this study, trying to demonstrate the multiplicity of movements within the net created by archaeology, National Identity and Estado Novo's political projects.

Keywords

Estado Novo
National Identity
Archaeology

* *Investigador do CEAUCP-CAM. (E-mail: sergioalexandregomes@gmail.com)*

Introdução

Este texto corresponde à apresentação feita no âmbito das Provas de Doutoramento em Arqueologia onde defendi a tese “O Passado, a Identidade e as Teias de Governo. Estudos sobre os Entrelaçamentos das Práticas de Produção do Conhecimento Arqueológico e de Construção da Identidade Nacional Salazarista” (Gomes 2011). A apresentação de tal trabalho correspondeu à finalização de um percurso inicialmente pensado enquanto o desenvolvimento de uma pesquisa sobre a história da arqueologia em Portugal durante o século XX. Foi no desenvolvimento dessa pesquisa que emergiu a possibilidade e o interesse em desenvolver um estudo acerca da interação entre as práticas arqueológicas e as práticas de construção da identidade nacional durante o Estado Novo. Na exploração do nó de questões que tal interação nos sugeriu, resolvemos estruturar a dissertação em três partes. Nos próximos pontos apresentaremos de modo sucinto cada uma dessas partes.

Parte I

Na Parte I, *O Estado-Nação, a Identidade Nacional e a Arqueologia*, estudamos as dinâmicas de construção do “Mundo das Nações”, tentando compreender o papel do Estado-Nação, da Identidade Nacional e da Arqueologia na construção das condições desse “mundo”.

Foi com este objetivo que escrevemos os Capítulos 1 e 2. No Capítulo 1, *A construção dos Estados-Nação e das Identidades Nacionais na Europa durante os séculos XVIII, XIX e XX*, fomos acompanhados pelo pensamento de um conjunto de autores (B. Anderson (2005 [1983]), M. Herzfeld (2008 [2005]), C. Pierson (2005 [1996]), A.M Thiesse (2000 [1999])), por exemplo) na discussão dos conceitos de Estado, Nação, Estado-Nação e Identidade Nacional. No segundo Capítulo, *A prática arqueológica e as dinâmicas do Estado-Nação*, ensaiamos, com J. Thomas (2004), M. Díaz-Andreu (2007) e M. Guillaume (2003 [1980]), uma síntese acerca do modo como este “Mundo das Nações” reúne as condições para a emergência da arqueologia enquanto saber autorizado sobre o Passado e o modo como o conhecimento arqueológico contribuiu para a cristalização do horizonte de sentido desse mundo. Um horizonte de sentido no qual a Identidade Nacional é experimentada enquanto elemento natural da vida das comunidades estado-nacionais. Foi este processo de naturalização dessa construção social que precisávamos de compreender para o caso português. Perante esta necessidade, escrevemos o Capítulo 3, *Perspectivas sobre a Identidade Nacional Portuguesa*, com as leituras de Eduardo Lourenço e José Gil. Com Eduardo Lourenço (1999 [1998]; 2004 [1978]) aprendemos as dinâmicas da mitologia enquanto forma de actualização do laço social; em José Gil (2005 [2004]; 2009), tentamos apreender uma analítica do rizomático jogo em que se dá a naturalização das condições de vida que pressupõe o exercício da Identidade Nacional.

Parte II

Na Parte I procuramos, então, conceber uma teia em que pudéssemos compreender o jogo da interação entre a prática arqueológica e as práticas de construção da Identidade Nacional. Na Parte II, *Contributos para uma discussão das relações entre a Arqueologia e a Identidade Nacional durante o Estado Novo*, tentamos contribuir para a discussão dessa interação durante os anos 30 e 40 em Portugal. Começamos, no Capítulo 4, *A Identidade entre os movimentos da Ideologia e da Biopolítica durante o Estado Novo*, por ensaiar as possibilidades de nos aproximarmos da Identidade Nacional salazarista, privilegiando a análise desta construção enquanto prática ideológica, inspirados nas leituras de Hannah Arendt (2006 [1958]) e Slavoj Žižek (1994; 2008 [1998]), e enquanto prática biopolítica, com a leitura de Michel Foucault (1999 [1975]; 2008 [1978]; 1994 [1976]). Tal exercício não tinha como objetivo selecionar uma determinada analítica, mas multiplicar as possibilidades de ver as ligações entre a prática arqueológica e as práticas identitárias. Isto é, interessava-nos conceber movimentos de análise que nos possibilitassem pensar o jogo da sua interação. Assim, o Capítulo 4 pode ser compreendido como o Capítulo do Método de Análise. Salientemos que este foi o primeiro Capítulo que escrevemos e a partir do qual fomos construindo a estrutura da dissertação. Porém, no modo como foi escrito – testando as possibilidades das analíticas dos autores acima referidos com documentos específicos – acabaria por ter uma ligação de proximidade ao contexto em estudo. Daí o lugar que ocupa na estrutura da dissertação, funcionando como introdução

aos Capítulos 5 e 6.

No Capítulo 5, *A Portugalidade do Portugal Salazarista*, tentamos fazer uma descrição do mundo salazarista da qual a Identidade Nacional é uma síntese. Neste exercício acompanham-nos as leituras de Fernando Rosas (2001), Luís Cunha (2001), Moisés de Lemos Martins (1990) e José Gil (1995) para procurar os eixos de construção e a ordem de tal mundo. Os eixos e a ordem do “Homem Novo Estadonovista” (Rosas 2001), um “Homem Novo” que é o herdeiro da grandeza do Passado de uma Nação e que encontra na preservação dessa herança um dos sentidos da sua existência. No Capítulo 6, *Fragmentos da ínfima e infinita teia em que se pratica a arqueologia*, tentamos compreender o papel da prática arqueológica na construção e na preservação dessa herança; procuramos contextos que nos permitissem analisar o modo como se constrói a narratividade da herança e a experimentação da sua materialidade. Assim, procuramos saber o modo como a arqueologia constrói, dá a conhecer e faz experimentar a ancestralidade do “Homem Novo Estadonovista”; procurando na construção desse saber os modos como o inquérito arqueológico se liga aos projetos políticos do regime.

Antes de passarmos à apresentação da Parte III da dissertação, vejamos de que mundo salazarista nos encontramos a falar, que mundo é este da qual Identidade Nacional se faz síntese. No mesmo sentido, vejamos que prática arqueológica é esta que concorre na edificação dessa mundanidade, que conhecimento arqueológico é este que constrói o Passado do “Homem Novo Estadonovista”.

Começamos pelo mundo salazarista. Para tal, vejamos uma passagem do romance “Paisagem com mulher e mar ao fundo” de Teolinda Gersão. Neste romance existe um personagem de nome O.S. (Oliveira Salazar) com o qual todos os outros personagens interagem. Nessa interação, Teolinda Gersão (1996 [1981]) vai descrevendo o mundo que esse nome faz gerar. Escolhemos, assim, um documento que é o texto de uma memória de uma escritora; um texto que Teolinda Gersão diz não ser seu, “mas de quem o disse, de quem o gritou, sonhou e viveu, cabendo-lhe apenas a tarefa de o devolver organizado debaixo de uma capa de papel, para quem o reconheça como coisa sua” (*ibid.*: 7). Nas páginas 88 e 89 deste livro, esse texto diz o seguinte:

“como se fosse possível celebrar verdadeiramente a festa, e não existisse, por detrás de tudo, cortando a alegria, cortando a vida, a mão de O.S., levantando-se acima de todas as coisas, fazendo parar o país, parar o tempo, retroceder séculos atrás, a sua mão parava o vento da mudança e espalhava a areia negra do medo, apertava em torno das casas a mordada do silêncio, a sua mão castradora retirava ao povo a força da revolta, as pessoas dormiam de olhos abertos, atravessando o tempo sem tocar-lhe, cumprindo automaticamente o dia-a-dia, repetitivas, sombras, gastando a vida em exercícios de resignação e obediência. Os seus pés tinham sido cortados e elas não tocavam mais no mundo. Era-lhes portanto permitido fazer o que quisessem, porque toda a sua liberdade era aparente, e, o que quer que fizessem, não mudaria nunca coisa alguma” (*ibid.*: 88-89).

Nas linhas seguintes, o texto de Teolinda Gersão prossegue a descrição deste mundo, enunciando o lugar das coisas e os gestos das pessoas neste mundo... até concluir que “era tudo apenas imitação da vida, porque todo o movimento era aparente, e nada acontecia” (*ibid.*: 90). *Trata-se de um mundo que atravessa o tempo sem o tocar.* Um mundo onde os *repetitivos exercícios de resignação e obediência* são estratégias de amputação em que a mão de O.S. molda os corpos, distribuindo-os na paisagem. Uma moldagem e uma distribuição onde se faz o cálculo do gesto; o cálculo que abraça o gesto e faz da liberdade do movimento um modo de não mudar coisa alguma. Um cálculo do movimento que *faz parar o vento da mudança, amordaçando as casas ao silêncio e ao medo; retirando a força da revolta.*

Foi neste mundo, onde o sentido e as possibilidades das coisas se encontram cristalizadas, que tentámos ver a prática arqueológica. Foi neste horizonte de sentido que tentámos analisar os documentos que testemunham a prática arqueológica deste tempo. Uma prática arqueológica sobre a qual o médico, antropólogo, professor, político e arqueólogo Mendes Corrêa, nas comemorações dos 75 anos da Associação dos Arqueólogos Portugueses no Museu Arqueológico do Carmo, diria o seguinte:

“O passado não morreu. A ciência arqueológica e as leis da hereditariedade permitem-nos concluir que êle não se extinguiu de todo, que dele flue, no presente e em nós próprios, um esforço incessante de vida, uma energia inextinguível de luminosa continuidade criadora. Os mortos dos dólmens e das necrópoles, os íncolas das citânias e das vilas, os heróis da Reconquista cristã e das naus das Descobertas, estão connosco, ressurgem em tôdas as horas triunfais da Pátria. Nesta Associação diligente e benemérita, neste Museu em que o pó e a frialdade da morte não ocultam, a quem verdadeiramente

sente, o significado profundo e o calor intrínseco das peças aparentemente mais humildes e inexpressivas, (...) eu vou, meus senhores, sob o patronato da grande figura nacional que é o Presidente da República, reduzir a uma afirmação única os nossos votos pelas prosperidades desta colectividade e pelo progresso da ciência que ela cultiva tão nobremente e da qual, como vimos, brotam sem cessar torrentes de vida: - Creio, senhores, em Portugal, creio num Portugal digno, glorioso e eterno” (Corrêa 1940 [1938]: 190).

Um Portugal eterno que a ciência arqueológica tentaria mostrar no *significado profundo e no calor intrínseco das peças aparentemente mais humildes e inexpressivas*. Peças de onde brotam sem cessar torrentes de vida, mostrando que o passado não morreu; que o passado é uma força da dignidade e da glória de Portugal. Um Passado feito por *investigadores patriotas* que abrem no sentido das peças a ancestralidade onde figura a eternidade portuguesa.

A arqueologia procura a eternidade *dos dólmens, das citânias, das vilas, da Reconquista e das naus*. Uma eternidade que configurando a historicidade das peças, confere-lhes uma dimensão intemporal. *Como se estas peças atravessassem o tempo sem lhe tocar*. E, nessa dissociação, as peças – portadoras de intemporalidade – transformam-se numa *energia de criação da portugalidade digna, gloriosa e eterna*; da portugalidade intemporal. Uma intemporalidade feita das peças *aparentemente mais humildes e inexpressivas* que seguram, na sua materialidade, a força criadora do *génio português* face ao movimento do tempo. Uma arqueologia que parece estar fundada no “*facto fundamental e primeiro de haver raça portuguesa*” (Salazar 1940:256). E, fazendo-se nesse mistério, recita, *na humildade e inexpressividade das peças*, a retórica da miserabilidade encantada de um país de grandes feitos. Uma vocação da pobreza que segura *a energia inextinguível de luminosa continuidade criadora*.

Entre o mundo que nos descreve o texto de Teolinda Gersão e o Passado que não morre de Mendes Corrêa parece haver *um entrelaçamento da energia inextinguível de luminosa continuidade criadora com a mão que espalhava a areia negra do medo*. Um entrelaçamento que faz da *humildade e inexpressividade das peças* do Passado o lado palpável da intemporalidade do Portugal que o regime quer construir. Foi este entrelaçamento que tentamos procurar, usando documentos e testando as possibilidades do seu cruzamento. E, nesse cruzamento, fomos montando uma teia de relações. Ao criarmos essa teia, procurávamos os múltiplos modos do governo; isto é, os múltiplos modos de “*uma correcta disposição das coisas de que se assume o encargo para conduzi-las a um fim conveniente*” (Foucault (2008 [1978]: 283, citando *Le miroir politique, contenant diverses manieres de gouverner* escrito em 1567 pelo pensador renascentista Guillaume de La Perrière).

Entre os documentos que usamos para exercitar essa análise, vejamos uma imagem (Figura 1) de um artigo das escavações em Vila Nova de São Pedro escrito pelos diretores da escavação, o Tenente-Coronel Afonso do Paço e o Padre Eugénio Jalhay (1970 [1939]). Esta imagem reúne artefactos que, de acordo com os autores, reportam a distintas facetas da vida em Vila Nova de São Pedro durante a Pré-história. Por um lado, temos um conjunto de elementos que participariam em práticas religiosas, e, por outro lado, temos um vaso oblongo no qual,

“*havia restos de uma substância branca, muito fina, que bem poderia ser artigo de beleza feminina*” (ibid.: 247).

O vaso oblongo seria, então, um elemento que participaria na construção do feminino na pré-história. Esta justaposição de artefactos do feminino e da religião levou-nos a tecer um paralelismo entre esta imagem e um conjunto de documentos que reportam à construção do feminino durante o Estado Novo, mostrando como o modelo ideal de tal feminino comporta intrinsecamente uma dimensão religiosa. Perante este paralelismo, questionávamos o modo como um ordenamento de referência das coisas, dos géneros e dos comportamentos poderia ter interferido na composição desta imagem. Vejamos, com dois exemplos, a associação desta imagem a esse ordenamento de referência que teria corrido no horizonte de sentido destes dois arqueólogos.

Na imagem (**Figura 1**), um vaso oblongo – que é um contentor de um artigo de beleza feminina – é posicionado ao lado de uma figura que remete para o culto da maternidade. Tal beleza feminina, que implica um cuidado com o corpo, sendo composta por uma ideia de maternidade, sugere um determinado sentido para esse corpo. Sugere, então, uma corporalidade que vai de encontro aos projectos do regime. Uma corporalidade que podemos ver representada no “*Monumento ao Esforço Colonizador Português*” de Sousa Caldas e Alberto Ponce de Castro, exibido na Exposição Colonial do Porto de 1934 (**Figura 2**). Este monumento concretiza uma alegoria da Epopeia dos Descobrimentos e, nessa concretização, constrói uma corporalidade do esforço – uma corporalidade do sacrifício que é necessário para

concretizar a obra. A cada um dos corpos que participam no monumento é acrescentado um símbolo que os qualifica, atribuindo-lhe uma função. A deposição do caduceu de Hermes, da cruz de Cristo e da espada permitem as alegorias do comerciante, do missionário e do militar, respetivamente. A reunião destas três alegorias de um dos lados do obelisco constitui uma síntese das forças da Expansão e dos Descobrimentos. Do outro lado do obelisco estão presentes as forças de cuidado e reprodução da vida que legitimam a colonização enquanto projecto de civilização: a justaposição do cajado de Asclépio cria a alegoria da medicina, a espiga e a foice remetem para a agricultura e, por último, a deposição dos seios constitui a alegoria da maternidade. A maternidade – a tarefa da mulher no Mito do Império – cria pois o reduto a partir do qual se constrói a corporalidade feminina. Uma corporalidade que, na imagem que estamos a analisar, pode ser vista na constelação de artefactos; uma constelação onde o cuidado com o corpo (o artigo de beleza feminina) surge ao lado do culto da maternidade e de outros artefactos religiosos.

Fazendo a ligação desta imagem ao “*Monumento ao esforço colonizador português*”, fazemos, então, uma ligação da corporalidade que a configuração dos artefactos possa sugerir a uma corporalidade baseada num exercício do esforço e do sacrifício, cujo sentido decorre da vocação imperial da nação defendida pelo regime. Uma ideia de sacrifício que gere a tensão entre a virtude e a constante ameaça da tentação que leva à degenerescência. Esta ideia é explorada no texto de Teolinda Gersão através do personagem Áurea, uma professora primária convicta da exemplaridade de O.S., convicta de que ensinar era

“*Corrigir a natureza, substituí-la por outra, adquirida e mais perfeita. Não deixar as crianças sentir nem pensar livremente, mas ensinar-lhes o que deviam sentir e pensar*” (ibid.: 120).

Ensinar era o exercício de um sentir onde se aprendia a

“*Dominar o corpo com os grilhões do espírito. Através da renúncia ao corpo, transmudar misticamente em ouro a carne maléfica e corrupta*” (ibid.).

Tal era alquimia de Áurea; uma mulher feita de ouro. Tal é a arte do Místico das Cifras que sabe fazer derivar o metabolismo da carne em riqueza financeira. A ironia do texto de Teolinda Gersão diz um “*Programa Financeiro*” centrado no corpo, centrado num “sentir” que adequa a energia do corpo a uma engrenagem produtiva. Um sentir que toma a forma da moralidade que não cede à tentação; a moralidade da fisiologia do sacrifício que se exercita constantemente, perante uma ideia de ameaça constante à exemplaridade intemporal da grandeza do Passado da nação; uma moralidade que é usada enquanto manobra de naturalização da Finança: *transformar a carne maléfica e corrupta em ouro*.

Uma naturalização de um sentir que é a alquimia necessária à transformação do território e dos seus corpos em elementos de uma finança. A naturalização de uma construção do corpo disponível à produção e à tributação do programa financeiro do governo. Uma tributação financeira que se naturaliza usando um programa de normalização identitário. Um “*Programa de Verdade*” porque iluminado pelos valores cristãos que justificam a existência de Portugal. Na justaposição dos artefactos (Figura 1), a tarefa da beleza feminina parece ser salva pela sua indexação às tarefas religiosas. *A substância fina e branca* não é um produto da vaidade. O vaso oblongo é artefacto de um Belo que se demarca do vício da vaidade pela sua ligação à religião e, nessa ligação, a corporalidade construída com o vaso oblongo torna-se símbolo do corpo financeiramente governado pela Glória de um Portugal Eterno.

As ligações que fomos construindo entre estes documentos foram o modo que tivemos para os compreender face a um determinado horizonte de sentido. Estas ligações foram criadas neste inquérito. Afonso do Paço e Eugénio Jalhay quando compuseram a imagem talvez não tivessem accionado tais ligações no sentido de as formalizar no modo como nós as apresentamos. Talvez, na composição da imagem exista uma outra ordem a funcionar, uma ordem que dita o agrupamento de “artefactos de excepção”. Sendo que, em tal ordenamento possa ter sido jogado um conjunto infinito de ligações entre artefactos, onde a justaposição do vaso oblongo aos artefactos religiosos possa ser uma ligação aleatória. Mas, perante o carácter aleatório do que se possa fazer, pergunto-me acerca das condições para que esse aleatório possa acontecer. E, face a essas condições, revejo o sentido das ligações que fui criando. Revejo as ligações enquanto elementos de uma ficcionalidade que fui construindo na análise e com a qual tentei aproximar-me dos limites e possibilidades da acção destes dois arqueólogos na composição desta imagem. A ficcionalidade das ligações entre os documentos que fomos criando não são verdadeiras nem falsas, são ligações que decorrem da possibilidade de imaginar os documen-

tos como elementos de um mesmo mundo. Tal ficcionalidade, que é, então, a base da cientificidade do nosso trabalho, permitiu-nos compreender que na construção das condições do aleatório onde pode ter surgido esta imagem podemos ver *uma mão que parava o vento da mudança e fazia do aleatório uma liberdade aparente que não mudaria nunca coisa alguma*.

Parte III

Neste momento, porque o método de trabalho se aviva perante o que se pode dizer, a análise questiona-me acerca das condições em que desenvolvo o meu trabalho. Foi perante esta questão que escrevemos a Parte III da dissertação, *Cartografias da Pesquisa*. Num primeiro momento, no Capítulo 7, *Rumo a uma revisão*, ensaiamos, pela mão de Michel de Certeau (1982 [1975]), uma revisão do trabalho. Procuramos compreender o nosso trabalho como “operação historiográfica”, isto é, o estudo na sua relação com *um lugar, um conjunto de práticas e um trabalho de escrita*. Nesta revisão tentamos desnaturalizar o que se possa ter apresentado, mostrando que na sua ligação ao que se pretendeu discutir, existe todo um comportamento técnico, que é um *movimento de reorganização* mediado por um inquérito, que nos permitiu dizer algo sobre o Passado. Este avivar do comportamento técnico, devolve-nos as ligações que criamos enquanto produto dessa técnica e não um passado que se revela no texto em graus de plausibilidade. Avivar a técnica torna-se um modo de tornar incandescentes as ligações com as quais forjamos as leituras do Passado. Este avivar do movimento técnico, que permite discursificar o Passado, relaciona-se com a ficcionalidade – enquanto estratégia de análise – que reconhecemos anteriormente no nosso trabalho. Dando ênfase a tal dimensão, não queremos inscrever o nosso trabalho num relativismo que tudo permite, pelo contrário, é uma tentativa de o demonstrar enquanto “operação historiográfica” inserida numa topografia definida e, a partir da qual, se constrói um discurso sobre o Passado. Neste sentido, é uma tentativa de demonstrar que a pesquisa se faz criando interfaces entre analíticas e métodos que nos fazem criar objetos de estudo que viabilizam análises e discursos sobre o Passado. Neste imbricado, onde atuam movimentos de naturalização, avivar a técnica é um modo de rever esta relação e, por conseguinte, abrir no discurso sobre o Passado as possibilidades de se dizer o que o constrói. É a possibilidade de mostrar que o Passado é uma construção do Presente e que, enquanto tal, é uma possibilidade de ação no Presente. É neste dizer *o que constrói* que a *operação historiográfica* se faz enquanto movimento político, movimento de desnaturalização que pode transformar o Presente. Pode criar um discurso que não leva a história ao leitor, fossilizando o seu lugar, mas o interroga acerca das condições em que se criou o lugar de onde se faz a leitura. De onde fazemos a leitura e a escrita.

Na reflexão que apresentamos no Capítulo 7, foi possível perspetivar a nossa pesquisa como um modo de caracterizar o que M. de Certeau (*ibid.*: 93) designa por *ideologia de herdeiros*; uma ideologia que teria dado sentido e operacionalizado a pesquisa arqueológica durante o Estado Novo. A expressão *ideologia de herdeiros* permitiu-nos sintetizar o trabalho realizado e, simultaneamente, avivar os seus limites. Sabemos que há trabalho a fazer, nomeadamente: há que problematizar o uso de outros períodos cronológicos e ver que modo *outras heranças* são depuradas na dinâmica desta ideologia; também há aspetos de carácter institucional cuja discussão nos permitiria compreender como a burocratização e a tecnocratização concorrem nos discursos construídos na experiência de construção da narrativa e da materialidade da *herança*; há a possibilidade de desenvolver exercícios de análise biográfica que nos podem revelar o cruzamento de outras agendas com a biografia da Identidade Nacional em construção; há a necessidade de ir procurando as espirais de inclusão e exclusão das dinâmicas desta teia, tentar ver o que a figura do “Homem Novo Estadonovista” faz sobressair e faz ocultar; e, fazendo isto, prestar atenção à possibilidade de novas questões. Há, então, a necessidade de prosseguir um trabalho que nos permita problematizar com outras questões as dinâmicas desta *ideologia de herdeiros*. Com a análise que desenvolvemos, vimos que, se por um lado, esta ideologia ativa uma série de procedimentos que permitem a prática arqueológica, por outro lado, funciona como constrangimento à *produção de diferenças* (Certeau *ibid.*), isto é, à produção de uma leitura do Passado, e por conseguinte do Presente, que se mostre como alternativa à facticidade com que esse Presente era dado a experimentar. Neste sentido, é necessário prosseguir o estudo para compreender a experiência dessa facticidade.

A facticidade com que a narrativa histórica dava a experimentar o Presente do “Homem Novo Estadonovista” fez-nos interrogar acerca da facticidade do nosso Presente. Perante isto, tentamos olhar para o modo como experimentamos tal facticidade do Presente. Uma facticidade onde as teias do governo fazem com que o Passado e a Identidade se

entrelacem e atualizem a *ideologia de herdeiros*. Porém, caracterizar essa atualização seria outro trabalho a fazer; um trabalho que ainda não sabemos como formalizar no *lugar*, com as *práticas* e a *escrita* deste ofício. Sem saber formalizar tal pesquisa, escrevemos o Capítulo 8, *Rumos sem métrica*. Escrevemos uma tentativa de imaginar as possibilidades de fazer uma arqueologia que nos permita afrontar as condições do nosso Presente. Escrever o último Capítulo foi uma tentativa de criar um *ponto de fuga*. Procurávamos desenhar, tal como Horácio, o arquiteto do texto de Teolinda Gersão; desenhar

“em algum lugar a saída, o ponto de fuga, para fora do espaço de OS” (*ibid.*: 103).

Ao terminar a dissertação procurávamos um ponto de fuga ao governo; um ponto de fuga à “*correcta disposição das coisas de que se assume o encargo para conduzi-las a um fim conveniente*” (Foucault *ibid.*: 283). Escrevemos esse texto sabendo-o como momento de uma luta contra essa condução que ínfima e infinitamente se atualiza perante o mínimo movimento que lhe resiste. Uma atualização que no texto de Teolinda Gersão é descrita do seguinte modo:

“Os gestos feitos desfeitos outra vez, os actos de novo passando a não ser actos. A lei, a mão de O.S. levantando-se outra vez, como uma sombra. Eu sei, eu sei que a luta não tem fim. Mas é um caminho que segue para a frente, e se nos disserem que o movimento é aparente, nós provaremos que não é, andando,” (*ibid.*: 167-168)

Insistindo. Insistindo em viver no fazer desfazer das ficções. À procura do que nos faz acreditar que estamos a tocar no mundo. Talvez tenha sido esta procura que nos fez querer compreender a dinâmica da naturalização das ficções com que se faz a vida num determinado momento. Queria conhecer esta dinâmica como exercício de compreensão da prática arqueológica em que me tornei arqueólogo, para tentar fazer um conhecimento arqueológico que resista às tiranias das condições históricas em que é feito. Fazer este trabalho, dirigiu-me fundamentalmente para uma visão da precariedade desse conhecimento face às inúmeras teias em que pode ser articulado. Talvez não seja possível fazer um conhecimento arqueológico que resista às teias porque o conhecimento é, afinal, uma teia. Mas talvez seja possível fazer um conhecimento que, entre os os compromissos que estabelece, nos faz manter na luta; manter a vontade de fazer acontecer.

Bibliografia

Anderson, Benedict (2005) [1983] – *Comunidades Imaginadas. Reflexões Sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo*, Lisboa: Edições 70.

Arendt, Hannah (2006) [1958] – *As Origens do Totalitarismo*, Lisboa: Dom Quixote

Corrêa, A. A. Mendes (1940) [1938] – “Três séculos de labor arqueológico”, *Da Raça e do Espírito*, Porto: Imprensa Portuguesa: 169-190.

Cunha, Luís (2001) – *A Nação nas Malhas da sua Identidade. O Estado Novo e a construção da Identidade Nacional*, Porto: Edições Afrontamento.

Díaz-Andreu, M. (2007) – *A World History of Nineteenth-Century Archaeology. Nationalism, Colonialism, and the Past*. Oxford: Oxford University Press.

Foucault, Michel (1994) [1976] – *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*, Lisboa: Relógico D'Água Editores.

Foucault, Michel (1999) [1975] – *Vigiar e Punir. O Nascimento da Prisão*, Petrópolis, RJ: Editora Vozes.

Foucault, Michel (2008) [1978] – “A Governamentalidade” in *Microfísica do Poder*, 26ª Edição (1ª Edição de 1979), organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado, do curso no Collège de France, 1º de Fevereiro de 1978, São

Paulo: Graal: 277-293.

Gersão, Teolinda (1996) [1981] – *Paisagem com Mulher e Mar ao Fundo*, Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Gil, José (1995) – *Salazar: A Retórica da Invisibilidade*, Lisboa: Relógio D'Água Editores.

Gil, José (2005) [2004] – *Portugal, Hoje: o Medo de Existir*, Lisboa: Relógio D'Água.

Gil, José (2009) – *Em Busca da Identidade – o Desnorte*, Lisboa: Relógio D'Água.

Gomes, Sérgio Alexandre (2011) – *O Passado, A Identidade e as Teias de Governo. Estudos sobre os Entrelaçamentos das Práticas de Produção do Conhecimento Arqueológico e de Construção da Identidade Nacional Salazarista*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Guillaume, M. (2003) [1980] – *A Política do Património*, Porto: Campo das Letras.

Herzfeld, Michael (2008) [2005] – *Intimidade Cultural – Poética Social no Estado-Nação*, Lisboa: Edições 70.

Lourenço, Eduardo (1999) [1998] – “Portugal como Destino” in *Portugal como Destino seguido de Mitologia da Saudade*, Lisboa: Gradiva: 9-83.

Lourenço, Eduardo (2004) [1978] – “Psicanálise Mítica do Destino Português”, *O Labirinto da Saudade*, Gradiva: Lisboa: 23-66.

Martins, Moisés de Lemos (1990) – *O Olho de Deus no Discurso Salazarista*, Porto: Edições Afrontamento.

Paço, Manuel Afonso do & Jalhay, Eugénio (1970) [1939] – “A Póvoa Eneolítica de Vila Nova de São Pedro. Notas sobre a 1ª e 2ª Campanhas de Escavações – 1937 e 1938” in *Trabalhos de Arqueologia de Afonso do Paço* Volume I, Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses: 229-274.

Pierson, Christopher (2004) [1996] – *The Modern State*, 2nd Edition, Oxon/New York: Routledge.

Rosas, Fernando (2001) “O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo”, *Análise Social*, vol. XXXV (157): 1031-1054.

Salazar, António Oliveira (1940) – “800 anos de Independência” in *Discursos e Notas Políticas III (1938-1943)*, 2ª Edição, introdução e organização de António Oliveira Salazar, Coimbra: Coimbra Editora Lda.: 253-259.

Serén, Maria do Carmo (2001) – *A Porta do Meio. Exposição Colonial de 1934*, Fotografias da Casa Alvão, Porto: Centro Português de Fotografia/MC.

Thiesse, Anne-Marie (2000) [1999] – *A Criação das Identidades Nacionais*, Lisboa: Temas & Debates.

Thomas, Julian (2004) – *Archaeology and Modernity*, London: Routledge.

Žižek, Slavoj (1994) – “The Spectre of Ideology” in *Mapping Ideology* editado por Slavoj Žižek, London: Verso: 1-33.

Žižek, Slavoj (2008) [1998] – *The Sublime Object of Ideology*, London: Verso.

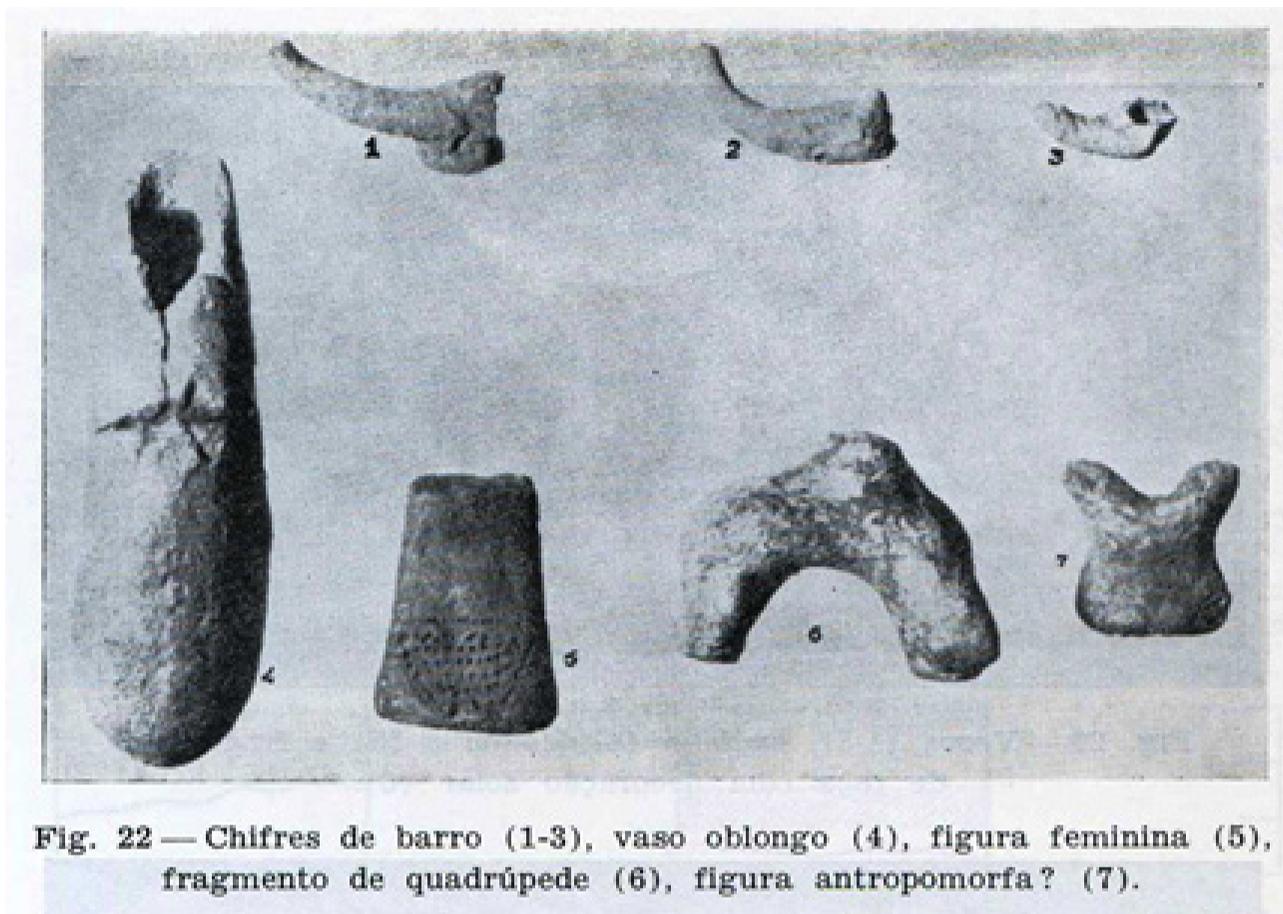


Fig. 22 — Chifres de barro (1-3), vaso oblongo (4), figura feminina (5), fragmento de quadrúpede (6), figura antropomorfa? (7).

Figura 1 - Ilustração de artefactos relativos a uma ideia de “feminino e religiosidade” (Paço & Jalhay 1970 [1939]: Fig. 22).



Figura 2 - Vista geral do Monumento ao Esforço Colonizador Português, foto de Domingos Alvão (Serén 2001: 10).